

## O AGRICULTOR E O PROFISSIONAL LIBERAL ENTRE OS JAPONÊSES NO BRASIL

*Ruth Corrêa Leite Cardoso*

(Universidade de São Paulo)

A colônia japonesa no Brasil não constitui uma unidade. Ao contrário, está dispersa em grupos nas mais diversas situações, integrados em regiões diferentes e convivendo em circunstâncias várias com os brasileiros. Encontram-se núcleos japoneses na floresta amazônica, onde cultivam a juta; no norte do Paraná, onde convivem com outros lavradores-pioneiros iniciadores da agricultura na área; nas cidades, entregues ao pequeno comércio; nas zonas suburbanas, onde se ocupam do cultivo de frutas e verduras; ou mesmo em regiões inóspitas do litoral-sul, onde companhias de imigração realizaram loteamentos.

Ainda não existe nenhum trabalho que tenha tentado integrar essa diversidade, fazendo um balanço do processo aculturativo nas suas várias modalidades. Diga-se de passagem que a tarefa seria realmente difícil no momento, uma vez que, por ora, as pesquisas sobre essa etnia são poucas e não abrangem a totalidade das situações significativas. Todavia, os trabalhos publicados e as pesquisas em andamento já permitem depreender algumas linhas gerais do processo em aprêço. Assim, em muitos desses trabalhos aparece a afirmação de que esse processo é rápido e de que nele as gerações desempenham papéis diversos uma vez que encarnam momentos sucessivos da aculturação. Sendo ainda muito recente essa imigração, temos diante dos olhos a reação dos imigrantes e seu ajustamento ao Brasil, ao mesmo tempo que seus filhos e netos nas suas atitudes características.

Esta situação especial, que permite acompanhar a história da imigração através do comportamento das diferentes gerações, leva facilmente à conclusão de que a mudança cultural se processa, no caso, através do conflito entre elas. Em vários trabalhos encontram-se referências ao papel estimulante dos jovens no processo aculturativo em contraposição ao conservantismo dos velhos, vinculados às tradições nipônicas.

Para caracterizar o velho imigrante japonês, repete-se a afirmação de que se trata de um agricultor, enquanto se retratam seus filhos como neo-brasileiros capazes de construir uma vida de sucessos na sua pátria brasileira. Talvez seja esse o único grupo imigrante que tenha conseguido generalizar este estereótipo, apesar de, à semelhança dos demais grupos,



um grande número de seus membros viver em cidades e outros tantos visarem essa transferência.

Quase todos os trabalhos existentes sobre este grupo étnico se preocupam com famílias em zona rural. Problemas específicos de aculturação em zona urbana apenas merecem referências em um ou outro trabalho. Seichi Izumi tenta uma distribuição da população nipo-brasileira em termos de sua localização, mas por falta de dados não vai além da afirmação de que “a migração rural urbana é uma tendência notável nos anos recentes e calculamos em cerca de dez mil o número de famílias japonesas que residem atualmente na capital do Estado de São Paulo. E’ verdade que o movimento migratório para a cidade era observado já antes da guerra; sua intensificação se dá, porém, no período posterior à guerra, ou, mais precisamente, a partir de 1946”<sup>1</sup>.

Hiroshi Saito também nos fala dos japoneses citadinos mostrando que “a conversão de lavradores japoneses e seus filhos a outras ocupações, tais como pequenos comerciantes e industriais, profissionais de diferentes ofícios e assalariados em geral, é notável nos anos recentes, não só nos grandes centros urbanos como São Paulo, mas também nos pequenos centros urbanos do interior”<sup>2</sup>. Todavia, o interesse por esse grupo urbano não vai além das referências à sua existência, e o japonês continua a ser visto como um lavrador extraordinariamente vinculado aos trabalhos agrícolas.

E por quê isso? O japonês ama a terra e veio do Japão com o propósito de se dedicar à agricultura. A valorização dos trabalhos rurais no Japão era grande, e até hoje estes imigrantes são profundamente apegados à lavoura e dispostos a grandes sacrifícios para se tornarem proprietários rurais. Em suas publicações, pode-se encontrar a evidência desta valorização que transparece na contínua dignificação da vida rural. Existe mesmo um clube privativo de filhos de japoneses, cuja finalidade é melhorar o nível de vida do grupo através da divulgação de técnicas agrícolas modernas, mostrando aos agricultores que podem viver tão bem quanto os moradores da cidade, e ainda gozar de prazeres vedados a esses últimos, incapazes de “sentir” a terra. Em sua maioria, os imigrantes japoneses provieram de famílias de lavradores cujos recursos eram limitados pela exigüidade da propriedade ou pelos altos tributos pagos pelo arrendamento de terras. Procuravam no Brasil a libertação dessas taxas e a oportunidade de adquirir terras, tantas quantas seu trabalho lhes permitisse comprar. Mesmo aqueles indivíduos que tinham profissões urbanas, mas não garantias para seu futuro em famílias grandes, onde só o filho mais velho herdava a propriedade já pequena, continuavam aspirando a posição de proprietários rurais, uma vez que sua situação na cidade não era satisfatória nem do ponto de vista profissional nem do de status. O Brasil se lhes afigurava como um paraíso onde a extensão territorial permitia a todos o título de proprietário. E esse foi o objetivo dos japoneses desde seu



desembarque. Em retrospectiva, pode-se afirmar que conseguiram realizá-lo com êxito: grande parte deles são donos de terras; alguns, além das que possuem arrendam outras, e uns poucos possuem mesmo grandes fazendas. Segundo Saito<sup>3</sup>, já em 1938 uma proporção de 56,4% desses imigrantes eram proprietários e os 43,6% restantes distribuíam-se entre arrendatários, meeiros, etc.; mas em 1952, havia 71,0% dos primeiros e apenas 29,0% dos segundos.

O caminho para essa vitória foi difícil e árduo, mas a solidariedade da colônia e a capacidade de trabalho das famílias foram os instrumentos que permitiram atingi-la.

Uma pesquisa realizada no município de Cotia<sup>4</sup> mostra claramente o itinerário de famílias hoje prósperas e que foram se instalar ali, nos arredores de São Paulo, por volta de 1917. Depois de um estágio como assalariados em fazendas de café, conseguiram passar a arrendatários, graças às pequenas economias que puderam amearhar. Para chegar à sua situação atual de proprietários, não foram pequenos os sacrifícios impostos a estas famílias, e por isso mesmo era preciso que a solidariedade dentro do núcleo fôsse suficientemente forte para permitir o ajustamento a essas novas condições de vida.

Com o tempo, o lavrador japonês arrendatário substituiu o sitiante brasileiro ou transformou-o em seu assalariado, comprando-lhe as terras quase improdutivas nas quais um novo regime de trabalho, novas técnicas agrícolas, o uso de adubos e melhor aparelhamento fariam aparecer uma produção compensadora. O processo de aumento da propriedade por anexação foi contínuo e trouxe a prosperidade para as famílias imigrantes e para o aglomerado em seu conjunto. Esse grupo se compunha de japoneses que tinham tido uma experiência comum em seu trabalho anterior. Muitas famílias vinham das mesmas fazendas de café e frequentemente da mesma região do Japão. Esta origem comum criava laços especiais que eram reforçados pela participação numa situação, também comum, de grupo discriminado, com dificuldades no contacto com os brasileiros, decorrentes ou do mau português que falavam ou de comportamentos característicos que atuavam como barreiras no trato cotidiano com pessoas alheias ao grupo. A comunidade atingiu tal grau de integração que em seu âmbito surgiram várias associações recrutando os imigrantes, orientando seu trabalho e servindo, assim, como elementos importantes na racionalização das atividades agrícolas. Em consequência, obtiveram melhores colheitas e melhores negócios. A *Associação Japonêsa*, que reunia todos os imigrantes, contava entre suas atribuições: o controle de preço da mão de obra, a aquisição coletiva de adubos, o controle dos transportes e a delimitação da época do plantio de molde a obter maior rendimento.

A garantia desse controle exercido pela *Associação* se fazia através de medidas sancionadas por todos os associados e que consistiam na expulsão do infrator e na proibição de conviver com os demais membros.



Isso significava ser banido da comunidade, ou seja, perder qualquer contacto com os compatriotas e viver isolado, uma vez que não havia possibilidade de convivência com brasileiros. Dessa situação nasceu uma cooperativa, prolongamento natural daquela *Associação*, que cresceu com a prosperidade de seus fundadores e se extravasou por todo o território do Estado de São Paulo, tornando-se uma organização poderosíssima.

O que ocorreu na região de Cotia não difere, em seu curso, do que ocorreu em outros núcleos japoneses. A par de aspectos específicos, vemos agindo em Cotia uma forma de solidariedade grupal e certas condições de trabalho que foram as mesmas em vários núcleos desses imigrantes, e são estes os fatores responsáveis pelo sucesso que, via de regra, os japoneses obtiveram no Brasil.

Êstes sucessivos êxitos econômicos trouxeram novos estímulos e novos objetivos para o grupo. A geração que imigrou, os "issei" como se denominavam, radicou-se no Brasil e, por várias razões, abandonou o desejo de retornar à pátria. Propunha-se, então, o problema de como educar seus filhos, os "nissei", que nasceram com a possibilidade de herdar terras e dispor de recursos para uma ascensão social.

A valorização do trabalho intelectual, que trouxeram do Japão, e o propósito de proporcionar aos jovens uma vida melhor, fizeram com que estes "issei" incentivassem nos "nissei" o desejo de conseguir uma profissão urbana e bem categorizada socialmente. A vida rural brasileira é difícil e desconfortável. A inexistência de comunicações, as grandes distâncias entre os núcleos povoados, a preponderância da monocultura, entre outras razões, fazem do homem do campo um ser isolado que deve enfrentar sozinho grandes dificuldades. Essas condições de vida vieram reforçar o valor atribuído pelos japoneses aos trabalhos intelectuais, e o empenho que fizeram em ver os filhos diplomados.

Eis aí uma situação curiosa, dois aspectos aparentemente contraditórios de uma mesma ideologia, agindo simultaneamente como estímulo para a criação de uma situação peculiar dentro da colônia japonesa: valoriza-se aberta e francamente a vida rural ao mesmo tempo que se estimula a carreira intelectual para os jovens capazes de abraçar profissões liberais. Essa dualidade parece-nos muito importante, porque através dela podemos compreender como se desenrola o contacto entre brasileiros e japoneses e quais as mudanças tácitamente admitidas nos padrões japoneses para alcançar estes novos objetivos.

Dentro das famílias japonesas muitas concessões deviam ser feitas para que o "nissei" se transformasse em estudante. A organização patriarcal da família japonesa, uma das principais condições do sucesso econômico que alcançaram no Brasil, devia acomodar-se a uma situação nova, onde os jovens já não podiam cumprir plenamente seus papéis. O trabalho era para os japoneses uma atividade coletiva, em que toda a fa-



mília se empenhava. Isto não é mais possível quando o “nissei” procura a escola para conseguir uma profissão e suas tarefas familiares vão diminuindo e mudando de natureza, para acomodar-se às suas novas obrigações.

A rigidez da organização familiar do trabalho vai se quebrando, uma vez que mesmo os patriarcas estavam dispostos a ceder em muitos pontos para verem seus descendentes transformados em pessoas de destaque. Alguns dos filhos e netos dos imigrantes são, pois, a esperança destas famílias, empenhadas na aquisição de prestígio e na concretização das vantagens que tinham em vista quando abandonaram o país de origem. São os “nissei” a mola do progresso quando introduzem e põem em prática padrões neo-brasileiros nessas famílias. Todavia, o impulso inicial é dado pelos “issei”, que admitem inovações quando elas vêm desses filhos escolhidos, porquanto são necessárias ao seu sucesso.

Quanto ao uso da língua portuguesa, em quase todas as famílias de origem japonesa os velhos falam apenas o japonês em casa e, mesmo, são poucas as mulheres capazes de se exprimir em português. Os filhos aprenderam primeiro o japonês no convívio familiar, e só posteriormente passaram a usar o português na escola ou nos grupos de brinquedo.

Nota-se, entretanto, que mesmo nas famílias mais conservadoras, os jovens entre si só falam o português, e cada vez têm menor facilidade em falar o japonês, pois esta é a língua que só empregam no convívio com as pessoas idosas. São freqüentes os casos de filhos que, em conversa com os pais, respondem em português ao que esses falam em japonês. E isto não provoca nenhuma reação, porque o que se exige é que conheçam suficientemente a língua paterna para serem identificados como membros da colônia. Desde que o português é a sua língua diária na escola e no trabalho, e da fluência com que a usam depende seu sucesso, não há, em geral, restrição da parte dos velhos quanto ao seu emprêgo habitual pelos jovens. Exige-se um mínimo de participação na cultura japonesa, e a língua é a chave para isto. Admitida essa participação, não há restrições a que se imitem os brasileiros, uma vez que essa é uma condição para o exercício de uma profissão urbana.

Estamos, pois, diante de uma geração de “nissei” que deve assegurar sua “brasilidade” já que tem que ascender na escala social, isto é, conviver necessariamente com brasileiros na maioria das situações. Porém, ser “nissei” não é ser simplesmente brasileiro, uma vez que se mantém a colônia japonesa como ponto de referência, em relação ao qual se demonstra e ganha prestígio. O “nissei” tem dupla lealdade, e por isso é ambígua sua definição. É membro de uma colônia e deve ter prestígio aos seus olhos, o que implica em participação nos seus padrões comuns. Todavia, o prestígio dentro da colônia aumenta na medida em que o “nissei” ultrapassa os seus limites e se afirma como profissional-liberal bem sucedido dentro da sociedade mais ampla.



Esta ambigüidade, porém, não se inicia com a nova geração; resulta do desejo dos velhos "issei" de verem os filhos libertos do trabalho manual.

Os ideais agrícolas não foram suficientes para fazer da colônia japonesa no Brasil um grupo constituído exclusivamente de lavradores, malgrado o sucesso que alcançaram nessa atividade. A esperança de ascensão social foi suficientemente forte para desencadear certos mecanismos de mudança cultural, e o "issei", mesmo sem o admitir, vai aceitando novos padrões porque para desempenhar seu papel de profissional urbano, seu filho quer e precisa se comportar como brasileiro.

E' assim que se quebram certos preconceitos, que se admite a frequência a bailes, que o português começa a ser a língua corrente dos "nissei", que o casamento fora da colônia deixa de ser severamente condenado, etc. E' preciso se adestrar para participar da sociedade brasileira, porque a ascensão social só é possível dentro dela.

O desenrolar desse processo fica bem claro quando se observa a história dos clubes juvenis que reúnem estes "nissei". Assiste-se, em poucos anos, à transformação das *Associações de moços* (*seinen-kai*), instituições tipicamente japonesas controladas pelos mais idosos e com funções específicas na socialização dos jovens, em clubes dirigidos pelos jovens, com uma política definida de auto-afirmação do "nissei" diante da colônia, e com a função clara de permitir o seu adestramento para os papéis que desempenhará como decorrência da adoção de carreiras urbanas.

Os clubes reúnem filhos de lavradores e jovens cidadãos, dão-lhes perspectivas comuns, discutem seus problemas específicos, e lhes fornecem soluções, revelando, através deste trabalho, a sua capacidade e a sua opinião aos mais velhos. A segregação que estas associações preservam permite manter a confiança dos "issei", e esta confiança é fundamental para o êxito de sua política.

O seu ponto de referência é a colônia, e é preciso obter dela um crédito de confiança para conseguir o beneplácito para as atividades inovadoras. A definição desses associados como "nissei" lhes permite defender posições a partir das quais passam a ser considerados como brasileiros, apagando pouco a pouco as divergências culturais mais evidentes, que dificultam a convivência com os não-nipônicos.

Este é o caminho da geração mais nova para atingir sucesso econômico e profissional, e a este preço conseguem quebrar resistências tradicionais e formas organizatórias tipicamente japonesas que, em território brasileiro, seriam fatores de segregação.

Atualmente assistimos a uma radicalização da atuação destes jovens, que pregam a necessidade da integração total na sociedade nacional e procuram, realmente, participar da vida do país, sem levar em conta sua situação marginal. Suas discussões não versam mais sobre os problemas dos "nissei", mas sobre os problemas brasileiros, e isto porque sabem que esta participação é necessária para sua formação e seu sucesso. Há, em alguns



setores dêste grupo, um abasileiramento consciente, que significa um passo à frente no sentido da integração e também um maior distanciamento entre o "issei" e o "nissei". Todavia, essa distância crescente não aumenta o conflito.

Para entender êste desenvolvimento específico da aculturação dos japoneses, deve-se lembrar o papel dos velhos na criação dos ideais desta juventude. Na medida em que os filhos cumprem o que se espera dêles, seu abasileiramento é tolerado, pois é uma consequência de atitudes anteriores que devem ser aceitas e que se justificam plenamente dentro do universo da colônia japonesa urbanizada. É claro que os "issei" não sabem que os bailes, as escolas, os amigos e as maneiras brasileiras são um complemento necessário ao sucesso dêstes jovens, mas são capazes de perceber o sucesso e de se regozijar com êle o que, evidentemente, facilita a aceitação destas inovações.

Por seu lado, os "nissei", por terem problemas comuns, segregam-se, quer abertamente em seus clubes quer informalmente naquelas escolas em que seu número é grande. Êstes grupos gozam do beneplácito das famílias porque mantêm a lealdade ao Japão e pelo menos uma parte dos antigos costumes, e é exatamente por isso que êstes grupos são uma força inovadora.

É inegável que a aculturação dos japoneses no Brasil tem um ritmo bastante rápido, apesar de ser marcada por circunstâncias tão desfavoráveis quanto a participação do Brasil e do Japão em campos opostos na Segunda Guerra Mundial. Esta foi uma época bastante difícil e que trouxe muitos prejuízos aos imigrantes. Todavia, nem êstes acontecimentos nem a grande diferença cultural que os separa dos brasileiros foi obstáculo ao pleno desenvolvimento de um processo aculturativo, e acreditamos que isto se deva aos aspectos da ideologia dêsses imigrantes, que já ressaltamos. Nas diversas áreas povoadas por japoneses, tanto em núcleos espontâneos como nos loteamentos realizados por companhias nipônicas de imigração, os objetivos do grupo são os mesmos, e depara-se com o lavrador se urbanizando através (e em função) de seus filhos, que já desfrutam o enriquecimento dos pais.

Isto não significa que haja um abandono do campo pela cidade, pois ainda é grande o número dos que se mantêm apegados à lavoura. Mas entre seus filhos, alguns pelo menos buscam concretizar numa carreira intelectual a esperança de vencer na vida, em prosseguimento ao sucesso econômico do pai, conseguido em atividades agrícolas.

É curioso notar que, no decorrer dêsse processo de mudança cultural e integração social, certos valores considerados como possíveis núcleos de conservadorismo (amor pela agricultura, por exemplo), assumiram novas funções dadas as condições específicas do contacto, e não impediram a emergência de objetivos paralelos (ascensão social através de profissões urbanas intelectuais) que adquiriram importância sem, contudo, destruí-los.



## NOTAS

1) Izumi, Seichi, "Aspectos da Vida dos Japoneses no Brasil", pág. 37 in *Memórias do primeiro painel Nipo-Brasileiro*. Tomo II, Escola de Sociologia e Política de São Paulo — Série Estudos de Antropologia Teórica e Prática, n.º 3-b, agosto de 1956.

2) Saito, Hiroshi, "Mobilidade e Assimilação dos Imigrantes Japoneses", pág. 34, in *Memórias do primeiro painel Nipo-Brasileiro*. Tomo II, Escola de Sociologia e Política de São Paulo — Série Estudos de Antropologia Teórica e Prática, n.º 3-b, agosto de 1956.

3) Saito, Hiroshi, *op. cit.*, pág. 32.

4) Saito, Hiroshi, *O Cooperativismo na Região de Cotia — Estudo de Transplantação Cultural*, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, série Estudos de Antropologia Teórica e Aplicada, n.º 4, novembro de 1956.